



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVI PALMAS, TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2016

Nº 2328



## MESA DIRETORA

**Presidente:** Dep. Osires Damaso (PSC)

**1º Vice-Presidente:** Dep. Luana Ribeiro (PDT)

**2º Vice-Presidente:** Mauro Carlesse (PHS)

**1º Secretário:** Dep. Jorge Frederico (PSC)

**2º Secretário:** Dep. Elenil da Penha (PMDB)

**3º Secretário:** Dep. Júnior Evangelista (PSC)

**4º Secretário:** Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

# Comissões Permanentes

## Local das Reuniões: Plenarinho

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às terças-feiras, às 15h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Nilton Franco (Pres.)  
Dep. Wanderlei Barbosa (Vice-Pres.)  
Dep. Amália Santana  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Toinho Andrade

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio  
Dep. Paulo Mourão  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Vilmar de Oliveira

### COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Amélio Cayres (Pres.)  
Dep. Eduardo do Dertins (Vice-Pres.)  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Paulo Mourão  
Dep. Valdemar Júnior

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Mauro Carlesse  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Wanderlei Barbosa  
Dep. Valdez C. Branco

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 14h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Júnior Evangelista (Pres.)  
Dep. Paulo Mourão (Vice-Pres.)  
Dep. Mauro Carlesse  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Vilmar de Oliveira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Cleiton Cardoso  
Dep. Eli Borges  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Toinho Andrade  
Dep. Zé Roberto

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Zé Roberto (Pres.)  
Dep. Eli Borges (Vice-Pres.)  
Dep. José Bonifácio  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Valdemar Júnior

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana  
Dep. Cleiton Cardoso  
Dep. Amélio Cayres  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Olyntho Neto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 18h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wanderlei Barbosa (Pres.)  
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)  
Dep. Amália Santana  
Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Ricardo Ayres

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Paulo Mourão  
Dep. Valdemar Júnior  
Dep. Vilmar de Oliveira

### COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quintas-feiras, às 14h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eli Borges (Pres.)  
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)  
Dep. Eduardo do Dertins  
Dep. José Bonifácio  
Dep. Zé Roberto

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amélio Cayres  
Dep. Cleiton Cardoso  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Valdez C. Branco

### COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às terças-feiras, às 8h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdez C. Branco (Pres.)  
Dep. Luana Ribeiro (Vice-Pres.)  
Dep. Amélio Cayres  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Cleiton Cardoso

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Eli Borges  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Rocha Miranda  
Dep. Zé Roberto

### COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro (Pres.)  
Dep. Vilmar de Oliveira (Vice-Pres.)  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Valdez C. Branco

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana  
Dep. José Bonifácio  
Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Wanderlei Barbosa  
Dep. Valdemar Júnior

### COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às terças-feiras, às 18h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Ricardo Ayres (Pres.)  
Dep. Cleiton Cardoso (Vice-Pres.)  
Dep. Amália Santana  
Dep. Mauro Carlesse  
Dep. Wanderlei Barbosa

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amélio Cayres  
Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Olyntho Neto  
Dep. Valdez C. Branco

### COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Valdez C. Branco (Pres.)  
Dep. Toinho Andrade (Vice-Pres.)  
Dep. Eli Borges  
Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Olyntho Neto

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amália Santana  
Dep. Cleiton Cardoso  
Dep. Eduardo S. Campos  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Vilmar de Oliveira

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às quintas-feiras, às 14h30.

#### MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Paulo Mourão (Pres.)  
Dep. Rocha Miranda (Vice-Pres.)  
Dep. Júnior Evangelista  
Dep. Mauro Carlesse  
Dep. Vilmar de Oliveira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Amélio Cayres  
Dep. Luana Ribeiro  
Dep. Nilton Franco  
Dep. Ricardo Ayres  
Dep. Valdez C. Branco

### DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa  
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação  
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO  
CEP 77003-905

# Atos Legislativos

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 156/2016

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica aprovada a apresentação à Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Deputado João D'Abreu**, em Palmas, aos 5 dias do mês de maio de 2016; 195º da Independência, 128º da República e 28º do Estado.

**Deputado OSIRES DAMASO**  
Presidente

**Deputado OLYNTHO NETO** **Deputado ELENILDA PENHA**  
1º Secretário Substituto 2º Secretário

### ANEXO ÚNICO AO DECRETO LEGISLATIVO Nº 156/2016

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a união destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

**Art. 1º** Os arts. 166 e 198 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 166. ....  
.....”

§10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no §9º, inclusive custeio, não será computada para fins do cumprimento do inciso I do §2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

.....”(NR)  
“Art. 198. ....  
.....”

§ 2º .....  
.....

I – no caso da União, a receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento);

.....”(NR)

**Art. 2º** O disposto no inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, conforme redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional será cumprido progressivamente, garantidos, no mínimo:

I – 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

II – 8% (oito por cento) da receita corrente bruta no segundo exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

III – 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no terceiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

IV – 9% (nove por cento) da receita corrente bruta no quarto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

V – 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no quinto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional; e

VI – 10% (dez por cento) da receita corrente bruta no sexto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 157/2016

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica aprovada a apresentação à Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Deputado João D'Abreu**, em Palmas, aos 5 dias do mês de maio de 2016; 195º da Independência, 128º da República e 28º do Estado.

**Deputado OSIRES DAMASO**  
Presidente

**Deputado OLYNTHO NETO** **Deputado ELENILDA PENHA**  
1º Secretário Substituto 2º Secretário

### ANEXO ÚNICO AO DECRETO LEGISLATIVO Nº 157/2016

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Acrescenta inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

**Art. 1º** Fica acrescido o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal com a seguinte redação:

“Art. 60. ....  
.....”

IV – de iniciativa popular, por pelo menos 3% (três por cento) do eleitorado brasileiro, distribuídos em, no mínimo, 14 (quatorze) Estados com, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores de cada um deles.

.....”(NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 158/2016

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica aprovada a apresentação à Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Deputado João D’Abreu**, em Palmas, aos 5 dias do mês de maio de 2016; 195º da Independência, 128º da República e 28º do Estado.

**Deputado OSIRES DAMASO**

Presidente

**Deputado OLYNTHO NETO Deputado ELENILDA PENHA**

1º Secretário Substituto 2º Secretário

## ANEXO ÚNICO AO DECRETO LEGISLATIVO Nº 158/2016

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com Estado e Distrito Federal.

**Art. 1º** Os arts. 22 e 24 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22. ....  
.....”

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;  
.....

IV – informática, telecomunicações e radiodifusão;  
.....

XI – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XII – populações indígenas;

XIII – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XIV – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XV – organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVI – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia;

XVII – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XVIII – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros;

XIX – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XX – seguridade social;

XXI – diretrizes e bases da educação nacional;

XXII – registros públicos;

XXIII – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXIV – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estado, distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III; e

XXV – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional.

§1º Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

§2º Os Estados poderão descriminalizar condutas no âmbito de seu território.” (NR)

“Art. 24. ....  
.....”

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico e agrário;  
.....

IX – águas e energia;

X – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XI – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XII – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XIII – procedimento em matéria processual;

XIV – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XV – assistência jurídica e defensoria pública;

XVI – proteção e integração social das pessoas com deficiência;

XVII – proteção à infância e à juventude;

XVIII – organização, garantias, direitos e deveres das polícias

civis;

XIX – trânsito e transporte;

XX – sistemas de consórcio e sorteios; e

XXI – propaganda comercial.

§5º Para efeito deste artigo, a compreensão do que sejam normas gerais deve ser interpretada de forma restritiva.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 159/2016

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal visando alterar o inciso I, e suas alíneas “a” e “b”, do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica aprovada a apresentação à Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Deputado João D’Abreu**, em Palmas, aos 5 dias do mês de maio de 2016; 195º da Independência, 128º da República e 28º do Estado.

**Deputado OSIRES DAMASO**

Presidente

**Deputado OLYNTHO NETO Deputado ELENILDA PENHA**

1º Secretário Substituto 2º Secretário

## ANEXO ÚNICO AO DECRETO LEGISLATIVO Nº 159/2016

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera o inciso I, e suas alíneas “a” e “b”, do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

**Art. 1º** O inciso I, e suas alíneas “a” e “b”, do art. 159 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 159. ....

I – dos produtos da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, dos produtos industrializados, das operações financeiras, importação e grandes fortunas e do produto da arrecadação da contribuição social sobre o lucro líquido 69% (sessenta e nove por cento) na seguinte forma:

a) 31,5% (trinta e um inteiros e cinco décimos por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....”(NR)

**Art. 2º** O produto da arrecadação dos impostos sobre operações financeiras, importação e grandes fortunas e o produto da arrecadação da contribuição social sobre o lucro líquido, para os fins do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, na redação dada por esta Emenda Constitucional, serão implementadas a partir do primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional ao décimo exercício financeiro, à razão de 10% (dez por cento) ao ano.

**Art. 3º** O percentual de 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados, adicionados, a partir da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, para os fins do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, conforme redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional, será implementado do primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional ao décimo exercício financeiro, à razão de 10% (dez por cento) ao ano.

**Art. 4º** Os percentuais de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, conforme a redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional serão implementados da seguinte forma:

I – no primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional:

a) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; e

b) 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios.

II – A partir do segundo exercício financeiro até o décimo, adicionar-se-á, aos percentuais constantes do inciso I deste artigo, 1% (um por cento) ao ano.

**Art. 5º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente.

## Atas das Sessões Plenárias

**8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**

**14 de abril de 2016**

**Ata da Centésima Octogésima Segunda Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia catorze do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, José Salomão, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto,

Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Paulo Mourão. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Mauro Carlesse, Toinho Andrade e Zé Roberto. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números 902 a 917. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 904, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; e 898, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, respectivamente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quinze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

**8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**  
**19 de abril de 2016**

**Ata da Centésima Octogésima Terceira Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia dezanove do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Júnior Evangelista, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Jorge Frederico, José Bonifácio, Nilton Franco, Paulo Mourão e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 252/2016, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vinicius Parisi Júnior”; Projeto de Lei número 268/2016, de autoria do Senhor Deputado José Salomão, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Academia Dianopolina de Letras-ADL, localizada no município de Dianópolis, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 269/2016, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação das Mulheres Vividas de Bom Jesus do Tocantins”; Projeto de Lei número 270/2016, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Cooperativa dos Motoqueiros de Araguaína”; Ofício de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, comunicando o seu retorno às atividades parlamentares no dia 15 de abril de 2016, em virtude

do encerramento da licença médica para tratamento de saúde no período de 121 dias, que teve início no dia 16 de dezembro de 2015; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício oriundo da Secretaria de Aviação Civil, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal-CEF, informando a liberação de recursos financeiros para diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Mauro Carlesse e Osires Damaso; Ofício oriundo da Embrapa-Pesca e Aquicultura, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; e Ofício oriundo do Tribunal de Justiça-Coordenadoria de Precatórios, encaminhando a relação de entidades devedoras que não fazem jus ao recebimento do selo de responsabilidade no pagamento de dívidas judiciais, em razão do não pagamento integral e tempestivo dos valores requisitados pelo Tribunal de Justiça do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 918 a 929. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto, Olyntho Neto, Eduardo Siqueira Campos, Valdemar Júnior e Elenil da Penha. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Mauro Carlesse. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

**8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**  
**20 de abril de 2016**

**Ata da Centésima Octogésima Quarta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Elenil da Penha, que, por falta de quórum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Eli Borges, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**                      **Presidente**                      **2º Secretário**

**8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**  
**20 de abril de 2016**

**Ata da Centésima Octogésima Quinta Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia vinte do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse,

Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, José Bonifácio, Nilton Franco, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Zé Roberto e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 37/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 12/2016, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 8, de 18 de março de 2016”; Ofício oriundo da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; Ofício número 1.225/2016, oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-IFTO; Comunicados oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros, destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE; Ofício oriundo do Detran, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor deputado Jorge Frederico; Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Mauro Carlesse e Osires Damaso; e Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 931 a 945. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 933, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 44/2014, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre a extinção de créditos tributários, mediante dação em pagamento, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 465/2014; 73/2015, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Loja Acácia do Araguaia número 18-Oriente de Araguatins”, que deu origem ao Processo número 290/2015; 85/2015, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Músicos de Araguaína-TO”, que deu origem ao Processo número 317/2015; 123/2015, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã Jovem de Valor-ACJU”, que deu origem ao Processo número 393/2015; 182/2015, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Dr. Henrique Barsanulfo Furtado”, que deu origem ao Processo número 545/2015; 184/2015, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Igreja Evangélica Pentecostal Príncipe da Paz, com sede na cidade de Babaçulândia”, que deu origem ao Processo número 547/2015; 190/2015, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Institui o dia 3 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia”, que deu origem ao Processo número 566/2015; 210/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública

Estadual a Associação dos Padres e Religiosos Estigmatinos de Assistência e Instrução Popular”, que deu origem ao Processo 64/2016; 215/2016, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de Combinado-TO (Apruc)”, que deu origem ao Processo número 66/2016; 221/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Prosperar – Cultura, Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento-Ipros”, que deu origem ao Processo número 96/2016; 239/2016, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Tocantinense de Municípios-ATM”, que deu origem ao Processo 140/2016; 244/2016, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Solidário Humano Vale do Sol - Instituto Vale do Sol”, que deu origem ao Processo número 145/2016; 246/2016, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Tocantinense Test Horse-Ftth”, que deu origem ao Processo número 147/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 895, 898, 904, 684, 681, 682, 673, 674, 679, 656, 675, 680, 666, 667, 668, 677 e 678, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e cinquenta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário**

**Presidente**

**2º Secretário**

## **8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**

**26 de abril de 2016**

### **Ata da Centésima Octogésima Sexta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e seis do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 38/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 13/2016, que “Altera a Lei número 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 9, de 23 de março de 2016”; Projeto de Lei número 265/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Ciclismo de Miracema do Tocantins, a Associação Miracema



**8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****27 de abril de 2016****Ata da Centésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia vinte e sete do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Zé Roberto, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres e Cleiton Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, de ofício, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo do Detran, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de convênios com diversas Associações e Instituições do Estado do Tocantins; Ofícios oriundos da Polícia Militar, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Jorge Frederico, Mauro Carlesse e Wanderlei Barbosa; e Ofício número 99/2016, oriundo do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos financeiros, em favor do Município de Palmas-TO. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 275/2016 e o Projeto de Resolução que recebeu o número 17/2016, ambos de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos que receberam os números 968 a 971. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 960, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 968, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; e 969, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha e Ricardo Ayres. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. No horário destinado às Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Paulo Mourão. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e trinta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário****Presidente****2º Secretário****8ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****28 de abril de 2016****Ata da Centésima Octogésima Nona Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e oito do mês de abril, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, os Senhores Deputados, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal

e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Júnior Evangelista, Ricardo Ayres, Toinho Andrade, Valdemar Júnior e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, de ofício, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Mauro Carlesse, Osires Damaso e da Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 276/2016, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda; 277/2016, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges; e 278/2016, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; e os Requerimentos que receberam os números 972 a 980. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha, Eli Borges, Paulo Mourão e Eduardo Siqueira Campos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Mauro Carlesse. Em seguida, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e sete minutos. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário****Presidente****2º Secretário**

## Atos Administrativos

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 261/2016

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR Wanusa Rodrigues dos Santos Ferreira**, no cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Jorge Frederico**, retroativo a 1º de abril de 2016.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 14 dias do mês de abril de 2016.

Deputado **OSIRES DAMASO**  
Presidente

**PORTARIA Nº 129/2016- DG**

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

**Considerando** que a servidora **Maria Rosane Alves Miranda**, matrícula nº 143, Coordenadora de Assistência Social, Direitos e Deveres Funcionais, encontra-se afastada por motivo de férias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** DESIGNAR a servidora **Sandra Maria Rosa**, matrícula nº 308, para responder pela referida função no período de 05/05/2016 a 19/05/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 9 dias do mês de maio de 2016.

**Antonio Ianowich Filho**  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 133/2016 - DG**

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

**Considerando** que a servidora **Dorema Silva Costa**, matrícula nº 209, Subprocuradora Jurídico, encontra-se afastada por motivo de férias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** DESIGNAR o servidor **Fábio Alves dos Santos**, matrícula nº 85, para responder pela referida função no período de 02/05/2016 a 31/05/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 9 dias do mês de maio de 2016.

**Antonio Ianowich Filho**  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 134/2016 – DG**

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 2º, do Decreto Administrativo nº 087, de 20 de março de 2006,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento aos servidores adiante relacionados, por ocasião do aniversário conforme abaixo:

- 820 - Clovis Saraiva Júnior - Junho/2016;
- 11494 - Lucas de Sousa Oliveira - Maio/2016;

- 121 - Nubia Martins Frazão Santos - Junho/2016;
- 4941 - Romario Antônio da Silva - Junho/2016;
- 270 - Suyanne dos Santos Machado - Julho/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 9 dias do mês de maio de 2016.

**Antonio Ianowich Filho**  
Diretor-Geral

**PORTARIA Nº 135/2016 – DG**

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 5º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias legais do servidor **Oswaldo Correia de Melo Filho**, matrícula nº 67, Diretor de Taquigrafia e Revisão, referente ao período aquisitivo de 27/07/2014 a 26/07/2015, de 02/05/2016 a 16/05/2016, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 9 dias do mês de maio de 2016.

**Antonio Ianowich Filho**  
Diretor-Geral

**DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA**

Amália Santana (PT)	Nilton Franco (PMDB)
Amélio Cayres (SD)	Olyntho Neto (PSDB)
Cleiton Cardoso (PSL)	Osires Damaso (PSC)
Eduardo do Dertins (PPS)	Paulo Mourão (PT)
Eduardo Siqueira Campos (DEM)	Ricardo Ayres (PSB)
Elenil da Penha (PMDB)	Rocha Miranda (PMDB)
Eli Borges (PROS)	Toinho Andrade (PSD)
Jorge Frederico (PSC)	Valdemar Júnior (PMDB)
José Bonifácio (PR)	Valderez Castelo Branco (PP)
Júnior Evangelista (PSC)	Vilmar de Oliveira (SD)
Luana Ribeiro (PDT)	Wanderlei Barbosa (SD)
Mauro Carlesse (PHS)	Zé Roberto (PT)